



## AO CABARÉ NUNCA MAIS: O IDEAL FEMININO E A RESTRIÇÃO DOS SEUS ESPAÇOS NO *ALTO MADEIRA*

Aleandro Gonçalves Leite<sup>i</sup>  
Mestrando em História e estudos culturais pela  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Alex Filipe Gomes dos Santos<sup>ii</sup>  
Mestrando em História e estudos culturais pela  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

### RESUMO

Esta análise busca compreender os mecanismos discursivos na formação do “ideal feminino” nas páginas do jornal *Alto Madeira* na década de 1980. Tendo em vista a efervescência, nesse período, dos garimpos às margens do Rio Madeira e a longa distância que muitos deles tinham de Porto Velho, pequenos núcleos urbanos improvisados formavam-se no entorno da atividade garimpeira. Mesmo erguidos com madeira não beneficiada e pedaços de lona, muitos barracos transformavam-se em pequenos comércios que possuíam múltiplas funções para atender às demandas dos trabalhadores. Não demorou para que muitos desses pontos comerciais, de tão polivalentes (sendo, muitas vezes, no mesmo local, bar-restaurant-cabelereiro-oficina mecânica), também se tornassem centros de prostituição. Em 1981, a Polícia Civil deflagrou a “Operação Garimpo” com o objetivo de garantir a segurança nos garimpos mais desassistidos. No ano seguinte, a operação foi levada adiante delimitando restrições, proibindo a entrada nos garimpos de bebidas, cocaína, maconha e mulheres. A restrição pautava-se na conjugação entre álcool e mulheres como principal responsável pelas confusões que lá ocorriam. Neste viés, os discursos veiculados pelo *Alto Madeira* sobre a mulher e sua função social apontavam para a naturalização da responsabilidade feminina em seus postos “dignos” de trabalho, indicando a moralidade e a pudescidade como características a serem cultivadas. Há, discursivamente, portanto, uma seletividade dos espaços a serem ocupados na sociedade a partir de um critério de gênero, que atribui à mulher uma responsabilidade “natural”, por ser foco de “confusão” e por ter que prestar penitência em honra às conquistas desses espaços selecionados.

**Palavras-chave:** Porto Velho; Formação cultural; Discurso.

### ABSTRACT

This analysis seeks to understand the discursive mechanisms in the formation of the “feminine ideal” in the pages of the *Alto Madeira* newspaper in 1980’s. Considering the effervescence, during this period, in the mining camps on the banks of Madeira River and the long distance that many of them had of Porto Velho, small improvised urban niches were formed around the mining activity. Even raised with wood and pieces of canvas, many shacks became small trades that had multiple functions to meet the demands of the workers. It wasn’t long before many of these commercial centers, so multipurpose (often in the same place, bar-restaurant-barber-shop-garage) also became centers of prostitution. In 1981, the Police deployed the “Operação Garimpo” with the objective of guaranteeing security in the most unserved mining camps. The following year, the operation was carried forward into the mining camps of alcohol, cocaine, marijuana and women. The restriction was based on the conjugation between alcohol and women as the main responsible for the confusions that occurred there. In this perspective, the discourses propagated by the *Alto Madeira* on women and their social function pointed to the naturalization of the feminine responsibility in their positions worthy of work, indicating the morality as characteristic to be cultivated. There is, therefore, a selectivity of the spaces to be occupied in society from a gender criterion, which attributes to women a natural responsibility, for being a source of confusion and having to render penitence in honor of the

achievement of these selected spaces.

**Keywords:** Porto Velho; Cultural training; Speech.

## Introdução

O historiador inglês Eric Hobsbawm (2012, p.341) chamou atenção para a presença do termo “respeitabilidade” na classe operária de meados do século XIX, que tem como uma de suas expressões a penetração de *standards* e valores da classe média no âmbito do mundo operário.

Em sua obra, o historiador demonstra como após o processo de consolidação da dupla revolução (Industrial e Francesa) no mundo ocidental houve uma forte imposição dos valores ético-morais e dos padrões de comportamento (no que tange, por exemplo, a religião, trabalho, família, sexualidade) típicos do mundo burguês às classes trabalhadoras.

Esse processo, contudo, não se restringiu aos meados do século XIX, objeto por excelência da obra de Hobsbawm e, tampouco, podemos determinar que se limitou notadamente a Europa, ou mesmo ao mundo ocidental.

A ideia de “respeitabilidade” burguesa acabou por traçar uma fronteira entre aqueles que adotavam e reproduziam os valores da cultura hegemônica e aqueles que a ela não se adequavam. Neste viés, de acordo com Margareth Rago (1985, p.61), a negação da alteridade e o desejo de eliminação da diferença, se constituíram nos motivos primários das investidas de poder sobre a classe trabalhadora (dentro e fora das fábricas) foram sendo

moldados pelo olhar analítico e classificador de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos.

As áreas de mineração, por sua vez, têm como uma de suas principais representações a oposição a determinados valores e padrões de comportamentos típicos do mundo burguês, especificamente os que se referem a trabalho e, sobretudo, sexualidade. O minerador ou garimpeiro, em uma analogia ao descrito por Hobsbawm (2012, p.308), é a expressão do arquétipo da promiscuidade e do folclore da masculinidade não oficial, ou seja, estrangeiros das fronteiras da respeitabilidade do mundo burguês.

Deste modo, o ideal burguês de mulher **248** (dona-de-casa-mãe-de-família-casta-religiosa) circunscrito pela noção de “respeitabilidade”, é a contraposição do mundo que gravita ao entorno dos centros de atividade mineradora.

O presente trabalho se pauta, portanto, no limiar da relação entre a presença de mulheres nos garimpos do Alto Madeira e a circunscrição das suas presenças (tendo em vista esse “ideal feminino” e “supostas” funções sociais das mulheres na sociedade) pelo discurso da polícia e imprensa portovelhense.

Imprensa essa, que também se sustentava, durante a década de 1980, com parte do fluxo de capitais direta ou indiretamente resultantes da extração aurífera. A análise, por exemplo, se concentra em recortes da cobertura jornalística de uma operação policial itinerante dentro dos

garimpos que ficavam nas proximidades da cidade de Porto Velho.

Essa operação, ocorrida no início da década de 1980, tinha como objetivo fazer uma espécie de “higienização social” nas áreas de mineração, não permitindo a circulação de elementos diversos, como álcool, maconha, cocaína e mulheres, que seriam desviantes de uma conduta social adequada para a formação ideológica que sustentava as ações dominantes do período. E teve, na imprensa local, o seu principal suporte narrativo para a construção dos instrumentos interdiscursivos que fixavam as formas de caos, anarquia, imoralidade e subversão a esses ambientes. Por coincidência, o jornal de maior circulação no período, em Porto Velho, se chamava *Alto Madeira* (SOUZA, 2011), mesmo nome do trecho do Rio Madeira onde se formaram os principais garimpos fluviais do estado.

Sendo assim, a reflexão se propõe a uma análise da dupla restrição dos espaços do ideal feminino, ou seja, restrição tanto na proibição da presença de mulheres nos garimpos do Alto Madeira, quanto na construção dos discursos que corroboravam o cerceamento social pelo fator gênero, veiculados na forma de notícias, colunas de opinião e declarações múltiplas veiculadas pelo jornal *Alto Madeira*.

### A década de ouro

A década de 1980 representou, para Porto Velho, um período de profundas mudanças socioeconômicas em sua formação. Além da sua elevação à capital do estado de Rondônia, em 1982, a cidade também estava inserida em um intenso processo de crescimento demográfico provocado pelo *boom* da extração aurífera na Amazônia. Com a emergência do garimpo, ocorreu uma inversão no cenário econômico das redes de fluxo migratório da Amazônia. O que Alberto Carlos Pereira denominou de *refluxo relativo*, em que a frente migratória de expansão agrícola, exógena e predominante na década de 1970, foi sobreposta e invertida por um refluxo endógeno, provocado pela emergência na década de 1980 da mineração como atividade econômica **249** altamente rentável (PEREIRA, 1991). Na Amazônia, como um todo, vários pontos de intensa atividade mineradora foram instalados, no caso de Rondônia, esse refluxo foi delimitado pelos acessos ocasionados pelos cenários já estabelecidos até então, que, em sua grande maioria, culminavam em Porto Velho.

As notícias de ouro no Rio Madeira, atraíram uma grande quantidade de garimpeiros que vinham para a região com o intuito de enriquecer repentinamente. Em 1980 começaram a chegar as primeiras balsas vindas do Pará, a exploração em terra firme também aconteceu, contudo, sua participação não adquiriu a importância como a dos garimpos fluviais. (NASCIMENTO, 2009, p.169).

É importante lembrar que muitas dessas zonas de extração aurífera não estavam

necessariamente dentro da cidade (no núcleo urbano) de Porto Velho. Grande parte dos garimpos se estabeleceu acima da cidade no curso do rio, na região conhecida como “Alto Madeira”, trecho acima da antiga cachoeira de Santo Antônio (região atualmente acima da usina hidroelétrica de Santo Antônio).

Dessa forma, os núcleos de mineração, por serem distantes dos recursos de subsistência oferecidos na cidade, se transformaram em grandes conglomerados de atividades econômicas informais que estavam no entorno das necessidades demandadas pela garimpagem como um todo.

Nesses garimpos, portanto, logo se formaram as estruturas de manutenção e acomodação dos garimpeiros, das máquinas e dos vários outros trabalhadores direta ou indiretamente envolvidos na busca pelo ouro. Essas estruturas acompanhavam as demandas da extração aurífera (por exemplo com oficinas mecânicas e dormitórios improvisados) e eram condicionadas pela distância da cidade (havendo pequenos comércios informais, bares, restaurantes e lojas de roupas), que fazia com que a maior parte dos garimpeiros passassem meses sem ir à cidade.

Esse modelo de formatação dos garimpos no Rio Madeira acompanhava uma série de mudanças que estavam ocorrendo nessa atividade na Amazônia. Arimin Mathis (1995) ressalta que os garimpos desse período, na Amazônia, haviam acabado de passar por uma

transição estrutural, que englobava uma rápida incorporação tecnológica para a formação das *dragas*, pequenas balsas de sucção, que transformaram a rentabilidade dos garimpos e, principalmente a relação de trabalho entre o dono do equipamento e o garimpeiro propriamente dito.

A mudança na tecnologia da extração ocorreu dentro do regime de trabalho vigente. Ou seja, o princípio da remuneração, em dependência da produção, que tinha se estabelecido como sistema padrão da contratação de mão de obra, se manteve. Mas observou-se a partir deste momento uma diminuição da quota de participação dos trabalhadores no montante da produção reduzindo-se de 50% para 40% ou 30%. Os donos dos garimpos justificaram essa mudança pelo aumento dos custos da produção e os trabalhadores aceitaram-na, devido ao aumento do valor do ganho individual, em consequência do aumento do preço do ouro, que conseguiu absorver a queda na produção individual. (MATHIS, 1995, p. 08).

250

Os garimpos do Alto Madeira, portanto, foram formados em acompanhamento a essas mudanças, que inclusive podem ser vistas como motor da instalação de novos garimpos fluviais. Com isso, nota-se um movimento demográfico distinto e motivado por fatores que não envolviam uma atração direta para uma migração, uma vez que não envolvia um destino fixo para ação de migrar. O refluxo relativo, do qual discorre Alberto Pereira, inclui exemplos que caracterizam os migrantes endógenos à região amazônica sendo, dessa forma, uma possibilidade pensar o garimpo como um aglomerado de migrantes, de diferentes regiões,

que, por motivos diversos, não se fixaram naquilo que teria sido o seu destino pretendido.

Essa mobilidade demográfica, que, em 1990, por exemplo, chegou a envolver mais de 30 mil pessoas nas atividades relacionadas ao garimpo no Rio Madeira (FAU/USP – FUPAM, 1990.), possuía como motor também a possibilidade de enriquecimento rápido por parte dos trabalhadores, que vislumbravam a chance de achar uma quantidade significativa de ouro que fosse suficiente para montar o seu próprio equipamento.

O trabalhador vê-se em sociedade só com o dono de máquina e não com os seus colegas, isso, subjetivamente, libera-o da sua condição de trabalhador e o coloca ao mesmo nível do dono do meio de produção. O sentimento de igualdade é reforçado pelo fato de que dentro do garimpo os donos de máquina e os trabalhadores se submetem as mesmas condições de trabalho e de vida e muitas vezes provém do mesmo background social. O fato de que o trabalhador tem a sua participação no resultado do processo de extração, cria um outro mecanismo estabilizador: a esperança permanente de bamburrar, isto é encontrar uma jazida muito rica, que pode multiplicar o ganho do trabalhador e, em alguns casos, criar as condições para que ele possa se transformar de trabalhador em dono de máquina. (MATHIS, 1995, p. 09).

A relação de trabalho entre o dono do equipamento e o garimpeiro era, portanto, marcada pela plena informalidade e, principalmente, pela indistinção dos espaços de convivência e existência dentro das estruturas que faziam parte dos garimpos. Essas estruturas, tal como as relações de trabalho, também acompanhavam uma lógica de distribuição dos

espaços. Segundo Letícia da Luz Tedesco (2015), um típico garimpo era constituído por duas zonas distintas, os baixões e as currutelas. “Um garimpo é normalmente formado por uma currutela e vários baixões que ligam-se àquela numa relação de produção (baixões) e reprodução (currutela)” (TEDESCO, 2015, p. 138).

A currutela, segundo a autora, seria o lugar onde ocorreria a compra e venda de produtos básicos, a oferta de diversões noturnas, a chegada e saída de novos trabalhadores, a instalação de oficinas, o recebimento de notícias, correspondências e etc. Na presente análise, é justamente nesse espaço, a currutela, que se encontra o ponto de partida para a compreensão da relação discursiva que se estabeleceu frente à presença de mulheres no garimpo. 251

Dentro das currutelas, dentre os elementos que mais se associaram discursivamente às confusões, brigas, assassinatos e distúrbios do gênero, estão o álcool e a prostituição. Nesse caso, o uso do termo justifica-se apenas pela ausência de outro mais adequado, pois a troca de sexo por dinheiro (ou ouro, como na maior parte dos garimpos) não necessariamente era praticado por “prostitutas”, muito menos em prostíbulos (TEDESCO, 2015).

Havia, por parte da elite dos grandes centros urbanos, um discurso genérico de demonização dos garimpos, principalmente pela formação de uma espécie de autodeterminação



social que destoava de forma brusca com os parâmetros de higiene, moralidade e pudescidade comuns ao modo de vida formatado pelo pensamento pequeno burguês.

É público e notório que a sociedade do garimpo não segue as leis convencionais seja as das cidades ou do campo; tem a sua própria lei que a despeito de suas qualidades e problemas está regendo a vida de centenas de milhares de homens e de mulheres da Amazônia. (JORNAL DO OURO *apud* TEDESCO, 2015, p. 136).

É importante lembrar, que os centros urbanos que eram as referências mais próximas para os garimpos amazônicos (como o caso de Porto Velho), foram amplamente impactados por essa atividade econômica, que atraía diferentes recursos, mão de obra de baixo custo e novos investimentos comerciais e até industriais, que atendiam, mesmo que indiretamente, as demandas de longo prazo para o funcionamento dos garimpos e para o próprio escoamento do capital produzido com a compra e venda do ouro.

As representações demonizadas da vida no garimpo como um caos social, se transformaram em um lugar comum dos discursos que se propunham a narrar o dia a dia dos trabalhadores. Essas representações, logo ganharam tipos prontos no funcionamento cotidiano. Os “eleitos” como motivadores primários das confusões, eram divididos discursivamente em categorias muito próximas no que diz respeito ao potencial de

responsabilidade pelos conflitos: mulheres, drogas e bebidas.

Em 1981, em Porto Velho, foi deflagrada, por uma ação conjunta das polícias civil e militar, a “Operação Garimpo”, que tinha como objetivo percorrer os garimpos do Alto Madeira e manter uma presença de agentes para impedir a ocorrência dos conflitos e distúrbios diversos que causavam a morte de muitos trabalhadores. Depois de quase um ano de ações pontuais, a operação adquiriu uma conotação sexista e moralizante, por meio da proibição da entrada nos garimpos de drogas, bebidas e, principalmente, mulheres. (DELEGADO PROÍBE... 1982, p. 05).

252

### **O Alto Madeira e o ideal feminino**

A restrição dos espaços do ideal feminino no “Alto Madeira” se deu de duas formas: nos garimpos do Alto Madeira (Rio Madeira), por meio da proibição da presença de mulheres, por serem consideradas potenciais “prostitutas” e que, por isso, causavam brigas e assassinatos; e no jornal *Alto Madeira*, que incorporou discursivamente a ação policial como uma necessidade para a manutenção dos padrões de moralidade pública nos garimpos e, principalmente, no núcleo urbano de Porto Velho, que seria diretamente influenciado pela imoralidade e anarquia em que se encontravam os garimpos.

O ponto de inflexão, que delimita a ação feminina nos garimpos, está na eleição de um fator de gênero, em detrimento de tantos outros possíveis, como corresponsável pelos distúrbios e pelas violências no garimpo. O cerceamento provocado por essa eleição, veio na forma de ações enérgicas de expulsão de uma multidão de mulheres dos garimpos do Alto Madeira, e por meio de uma comemorada cobertura jornalística da “Operação Garimpo”, tal como noticiava, em 1982, o texto a seguir:

Depois que o delegado Santos Dias entrou no comando da “Operação Garimpo” não passa nada, segundo o que ele próprio declarou. Santos Dias, para finalizar, falou “neste pouco tempo que estou no garimpo não deixo passar nada, pois em menos de uma semana prendi milhares de garrafas de cerveja, vários quilos de maconha e também proíbo a entrada de mulheres no garimpo para que não haja confusão, pois bebida e mulher vira a cabeça dos garimpeiros”. Dias veio ontem pela manhã à capital só para trazer o traficante e voltará hoje para continuar o seu serviço. (DELEGADO PROÍBE... 1982, p. 05).

A combinação discursiva “mulher e bebida” forma um arquétipo enunciativo que constrói, de forma permanente, para essa questão um mecanismo de interpretação daquilo que seria a vida no garimpo como um ambiente alienado da realidade cotidiana em Porto Velho. Pois, mulheres e bebidas já conviviam conjuntamente com os homens, muito antes dos garimpos do Rio Madeira. Tal afirmação demonstra uma ação que visa um silenciamento simbólico da existência social da mulher, que, dentro de ambientes como o garimpo, estaria em

poder de determinar-se apenas pela sua condição sexual.

O ideal feminino, requerido pelos discursos veiculados no jornal *Alto Madeira*, em muito se aproxima do cerceamento espacial experimentado pelas mulheres ainda no começo do século XX. Segundo Margareth Rago (1985), esse ideal pautou-se pelo condicionamento dos espaços de atuação e existência social da mulher ao modo mais casto, pudico e menos parecido possível com o “universo masculino”, das jogatinas, promiscuidade e trabalhos braçais. A condição de fragilidade da mulher contrastava em relação à aspereza dos espaços das fábricas, neste sentido o trânsito da mulher nos ambientes fabris incidia numa exposição temerária aos 253 perigos da prostituição que, por sua vez, se constituía numa afronta a esse modelo de feminilidade que se pretendia inculcar. O espaço da fábrica passou, então, a ser visto como inadequado ao exercício da função da mulher por excelência o de “vigilante do lar” e o de “mãe casta”.

Deste modo, a construção de um discurso pautado em cima dos valores da “Família” moldou uma concepção que excluiu indiretamente – quando não diretamente – a mulher dos espaços de trabalho. A noção introjetada no imaginário social sobre a mulher enquanto “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” embasava-se em um valor moral de cunho elevado “A Família”.

Contudo, esse deslocamento da mulher dos espaços públicos para os privados não se fundou apenas nos valores morais em si, pois a moralidade familiar serviu de base para a construção de leis e outros mecanismos repressivos e disciplinadores que acabavam por reforçar o direcionamento da mulher ao lar.

As condições de convivência nos garimpos do Alto Madeira reascendiam a construção desse discurso disciplinador, que desigualava a relação de gênero nas ações cotidianas da vida em sociedade. A conjugação da presença feminina com elementos de conflito, por ser a mulher objeto de desejo e idealizado ignora, por exemplo, o protagonismo de quem a deseja como tal, colocando (novamente o fator gênero) a figura do “homem” em uma condição de passividade, frente ao mal que a mulher lhe representa.

A justificativa da proibição da presença de mulheres nos garimpos colocava, por eliminação, a condição feminina como uma já-culpa, pelo desejo em que a mesma se encontrava como alvo. A alimentação dessa responsabilidade “natural” se dava, principalmente, pela consolidação de uma representação caótica e insana da vida nos garimpos e que, por conseguinte, os tornavam completamente inapropriados para a presença feminina.

A vida paralela ao garimpo, exige uma permanente fiscalização policial e do poder de polícia administrativa, pois além da

vadiagem, prostituição, jogadores profissionais, ladrões, aproveitadores e outros marginais e, da absoluta falta de higiene nas vilas de apoio, o tráfico de drogas apavora e coloca em pânico os garimpeiros bem intencionados, que procuram fazer do seu trabalho uma honrada profissão, juntamente com os seus familiares, o que se torna impossível diante desse submundo nefasto e impudico. (GARIMPO LUTA... 1983, p. 09).

Dessa representação emergem movimentos enunciativos que denotam uma inversão de demandas nos garimpos. O título da reportagem acima citada é “Garimpo luta por segurança e assistência”. Os termos indicam um clamor pela presença policial, para que se corrijam todas aquelas que seriam ações desviantes dos fins que caracterizariam um garimpo digno. Os atores dessas ações, porém, 254 (seguindo a ordem) vadios, prostitutas, jogadores profissionais, ladrões, aproveitadores e outros marginais ainda não catalogados pela moral e bons costumes, constituem desvios sociais muito antes do próprio garimpo, e, principalmente, designados por padrões não relacionados à atividade garimpeira. O submundo nefasto e impudico, formado por esses desviantes, seria, portanto, o norte para que a mulher fosse preservada em sua pureza e reestabelecida aos parâmetros restritivos da sua condição natural de objeto de desejo.

### **A mobilidade restritiva dos sentidos de uma conquista**



Os resultados da “Operação Garimpo” não demoraram a expor suas contradições e suas precipitações sexistas. Muitas das mulheres que foram expulsas e depois proibidas de retornar eram trabalhadoras que ocupavam funções-chave dentro do garimpo, tanto nos baixões quanto na currutela. Depois de uma série de protestos violentos de grupos de mulheres e dos próprios garimpeiros, a restrição, ainda em 1983, passou a selecionar as mulheres que poderiam ficar nos garimpos.

O fim da prostituição nos garimpos foi uma das metas alcançadas pela polícia. Mais de 200 mulheres foram expulsas da área de garimpagem: “Estas mulheres teriam que sair, pois muitas delas estavam só tumultuando o local. Entretanto, muitas delas ficaram, pois são trabalhadoras”. Cerca de outras 200 mulheres ficaram no garimpo, pois elas são responsáveis por parte da garimpagem e cozinham para mais de mil homens. Algumas trabalham em farmácias e “boutiques” improvisadas com lonas e madeira, outras são balseiras, mergulhadoras e garimpeiras. (AÇÃO DA... 1983, p. 04).

A extensa lista de funções dentro do garimpo exercidas por “outras 200 mulheres”, compõe o tipo antagônico às 200 mulheres que foram expulsas por serem prostitutas. O trajeto explicativo da notícia é composto pela incorporação de um discurso de consolidação da liberdade feminina, mas deixa escapar a inscrição ideológica burguesa para o ideal feminino, que admite a conquista dos espaços no mercado de trabalho outrora monopolizada pelo público masculino, mas que restringe, em detrimento da sua força de trabalho, a atuação da

mulher sobre o seu próprio corpo, ou, em outras palavras: sobre as que ficaram, “ficaram, pois são trabalhadoras”.

Em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930*, Margareth Rago (1985) procurou demonstrar como a partir do modelo imaginário de família criado pelo discurso burguês buscou-se promover a normatização da mulher idealizada na transição do século XIX para o século XX no Brasil. Assim, a autora se propôs a refletir sobre a imposição de um modelo de mulher pela burguesia e os mecanismos disciplinadores pelas quais se buscou promover essa normalização do Outro – no caso, a mulher operária – a partir da eliminação dos hábitos e costumes imorais, 255 promíscuos, anti-higiênicos etc., e da inculcação dos hábitos moralizados, dos costumes regrados e da higienização com base em uma série de saberes especializados como o médico, higienista e criminológico. Nesta perspectiva a autora expôs:

Nesta utopia reformadora, a superação das lutas de classes passava pela desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que pretendia fundar. (RAGO, 1985, p.61).

Portanto, tais saberes especializados foram expressões das inquietações das classes mais elitizadas em relação ao *ethos* da classe operária traduzindo-se numa estratégia disciplinadora que buscava eliminar as

diferenças e normatizar aspectos dos hábitos e costumes do operariado não só no ambiente fabril, mas também nos espaços domésticos.

Tal utopia reformadora trouxe, portanto, a emergência de um novo modelo de feminilidade a imagem da mulher burguesa o que promoveu gradativamente o deslocamento da mulher operária dos espaços públicos para os espaços privados, estimulando a função da mulher enquanto o de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 1985).

O discurso médico-sanitarista foi outro elemento importante nesse processo de afilamento dos espaços de atuação laboral das mulheres. Ao fazer uma crítica de caráter “científico” ao não aleitamento materno acabou-se por robustecer a “condição natural” de mãe a ser exercida pela mulher, ou seja, o seu destino manifesto a ser cumprido.

O discurso médico, por um lado, pautou-se em um determinismo biológico para justificar a imposição de determinadas posições e papéis sociais, ou seja, a partir de limites ou privilégios da constituição biológica dos indivíduos. Por outro lado, o discurso pedagógico buscava inculcar as características “naturais” de cada sexo, no caso das mulheres aquelas ligadas à submissão, ao lar, a maternidade, a fragilidade etc., e no caso dos homens, aquelas ligadas ao poder, a dominação e a racionalidade.

A mulher ideal incorporava um ideal de castidade, à imagem e semelhança de “Maria, mãe de Jesus” destarte, era totalmente

dessexualizada devendo contrastar de forma inequívoca do perigo venéreo e imoral da prostituição. As mulheres não dignas de estarem no garimpo, por serem promíscuas e viverem à custa do uso sexual do seu corpo, contrariavam por demais o ideal feminino construído no começo do século XX.

Ainda na esteira do pensamento de Rago, a construção da representação da prostituta esteve associada, não apenas em relação à oposição ao ideal “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, mas também a indolência, a aversão ao trabalho, a uma espécie de “vício”, e a “tumultos e escândalos”:

Mulheres de má vida, *meretrizes* 256  
*insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitada pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo o custo a satisfação do prazer? Assim como a masturbação a prostituição é classificada pelo saber médico e criminológico como “vício”, “fermento corrosivo lançado no grêmio social”, que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social. (Grifou-se). (RAGO, 1985, p.85).*

Esses paralelos com a prostituição que a autora identificou nos discursos de médicos e delegados entre 1890 e 1930 são análogos aos observados nas páginas do *Alto Madeira* e nos discursos dos responsáveis pela “Operação Garimpo” na década de 1980, demonstrando

uma clara continuidade do processo de normatização das mulheres e de seus papéis sociais e, também, daquilo que Margareth Rago (1985, p.85) denominou de “sequestro da sexualidade insubmissa”.

No que tange às conquistas de espaço no mercado de trabalho, estas figuravam no jornal *Alto Madeira* como a sombra de mais uma responsabilidade, pela qual a mulher não poderia se dar ao luxo de arbitrar sexualmente sobre o seu corpo (tal como fazem os homens), pois essa atitude soava como um desrespeito a tais conquistas.

Em 1982, a mensagem de Natalina Ferreira da Cruz, então coordenadora estadual do antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), apontava repetidamente para uma responsabilidade coletiva, de atuar na melhoria dos espaços já conquistados e zelar pela integridade moral, fatores que caracterizariam um ser feminino digno de ser lembrado no Dia Internacional da Mulher.

O Dia da Mulher duplamente lembrado, parece-me servir não só de preito àqueles que criam, incentivam e promovem o processo e o bem-estar coletivo, como igualmente para convite à reflexão sobre a responsabilidade que recai sobre nós, que desfrutamos os benefícios bravamente conquistados. É preciso que nós mulheres responsáveis em especial pela Educação, procure agir, participar, orientar, a fim de educar a sensibilidade, de desenvolver o bom senso, ajudar nossa juventude a compreender a realidade que tem diante de si, para expandir o que de sublime existe em seu interior. Só assim, veremos consolidadas e ampliadas as conquistas democráticas alcançadas no passado, para trazer, finalmente a felicidade almejada. (...) A

mulher, alvo das mais significativas homenagens, deve atuar, por excelência, na expressão e defesa de sua dignidade. Sem interferência de interesses mesquinhos e alheios a sua integridade moral, precisa contribuir para alcançar a melhoria da comunidade, colaborando direta ou indiretamente, para um mundo melhor, onde a paz possa reinar. (NATALINA ENALTECE... 1982, p. 09).

A defesa da dignidade da mulher, condicionada a uma pureza moral, transparece a forma pela qual a elite portovelhense se relacionava com a sua própria segregação social, estabelecida, nesse caso, por um critério sexista, que confundia o corpo feminino a um ser sagrado, inviolável para a conservação da dignidade coletiva. Transparece, ainda, um clamor, para que as mulheres fujam dos “cabarés” e para lá não retornem mais, pois de outra forma, sendo essa uma atitude desviante da moral dominante, não se poderia ver “consolidadas e ampliadas as conquistas democráticas alcançadas no passado”.

No que diz respeito à influência foucaultiana na obra de Rago, esta ajuda a historicizar determinadas características que se apresentam como a-históricas, trans-históricas, monolíticas, ou seja, perceber que discursos que se apresentam como “naturais” são produtos de uma determinada sociedade e de certo período histórico.

A tônica geral de *Do cabaré ao Lar* segue o movimento que se inicia em Foucault com a apresentação “da construção desse imaginário como parte de uma empresa de moralização”

(ABREU, 2012, p.16) e termina em Thompson com a exposição da cultura e organização operária. Sobre os deslocamentos teóricos da obra:

A originalidade da trama é que em cada capítulo, cada um sobre uma temática, ela discorre uma descrição do que ela chama de imposição de identidade pelos dominantes, um “imaginário”, com o recurso a termos foucaultianos (sobretudo mecanismo de sequestro e disciplina) para entender a construção desse imaginário como parte de uma *empresa de moralização*, por parte da burguesia para impor uma nova identidade aos trabalhadores. E em seguida, ela sempre passa para uma análise thompsoniana de formas de *resistência* a esse discurso “dominante”. Por fim, ela passa para uma exposição valorizadora das ideias anarquistas enquanto contestadoras da ordem e disciplinas burguesas. Assim, a cada capítulo temos o seguinte movimento: da imposição à resistência; da burguesia ao operariado; da disciplina ao anarquismo; este deslocamento analítico acontecendo em cada uma das quatro temáticas (a fábrica, a mulher, a criança e a cidade) como momentos diferentes de um mesmo processo. (Grifo no original). (ABREU, 2012, p.16-17).

Assim, ao tratar do processo de deslocamento da mulher da esfera pública de trabalho e da vida social através dos discursos disciplinadores, Rago apontou como parte do movimento operário ajudou a corroborar tal processo.

O fato de os sindicatos operários estarem sob controle dos homens implicava no fato de que esses “tinham maior liberdade de circulação, maior acesso a informação e maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinada aos líderes (RAGO, 1985, p.64).

As organizações operárias em várias das suas expressões incorporavam a representação desse novo modelo de feminilidade, da mulher frágil, mãe, casta, vigilante do lar e considerava, portanto, a fábrica como espaço inadequado a “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”. Deste modo os “dominados” também reproduziram as concepções dos dominantes ao enfatizar a fragilidade da mulher e expressando uma postura pedagógica paternalista.

Neste delineamento de um projeto libertário traçado por Rago (1985), por intermédio de artigos veiculados na imprensa anarquista, são apresentadas uma série de mulheres como Maria Lacerda de Moura, Matilde Magrassi, Maria de Oliveira, Tibi, 258 Josefina Stefani, etc. que foram importantes na promoção desse projeto.

É importante ressaltar que o que se almejava era um projeto de libertação da mulher não apenas no âmbito político, mas uma libertação completa, moral, familiar, pessoal, etc., o que se traduzia numa busca pela ruptura da representação feminina burguesa que propunha a “emancipação da mulher de todas as classes sociais dos papéis que lhe são atribuídos socialmente” (RAGO, 1985, p.96), inclusive a emancipação da mulher burguesa. A luta libertária dessas mulheres passava, portanto, por um questionamento e uma reelaboração das relações e dos papéis a elas atribuídos tanto nos espaços públicos como nos espaços domésticos.

Tal reelaboração se demonstrou, na década de 1980 em Porto Velho, empacada no ideal feminino quanto ao uso do próprio corpo. Seria uma experiência de liberdade restritiva, que, nesse caso, agiria como o sentido de uma imperatividade discursiva: livre para trabalhar (desde que as atividades laborais exercidas pelas mulheres não fossem de encontro ao modelo de feminilidade da esposa-dona-de-casa-mãe-de-família-casta-assexuada), não para se autodeterminar. A materialidade desse imperativo se demonstra pelos muitos destinos tolerados pela colonização masculina da mulher, em nenhum deles o poder de existência social abre mão do fator gênero, pois em todos ocorre um declínio ao se supor a mulher, e não um homem, governando o seu próprio corpo.

### Considerações finais

O processo de uma construção discursiva que elaborou um “ideal feminino” trouxe como contrapartida a criação de modelos desviantes de condutas em relação a este parâmetro idealizado. Nesta perspectiva, a prostituta é a representação da antítese do arquétipo feminino que se pretendia inculcar, o de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família-casta-assexuada”.

Em *Do cabaré ao lar*, Margareth Rago apresentou o processo de normatização das mulheres no final do século XIX e início do século XX por intermédio de discursos moralizadores, disciplinadores e punitivistas. No

caso da prostituição, a questão ganhou contornos agravantes. Destarte, Rago (1985) demonstrou como a prostituição foi alvo de intervenção do discurso médico, sanitarista e criminológico, sendo tratada como patologia, vício, indolência e elemento produtor de tumultos e escândalos.

Ante o cenário exposto por Rago, a proposição de relações com o quadro que apresentamos sobre a “Operação Garimpo” e a sua cobertura nas páginas do *Alto Madeira* é quase inevitável.

Se, por um lado, o delegado Santos Dias não deixa “passar nada”: garrafas de cerveja, maconha e mulheres – “prostitutas” que “viram a cabeça dos homens” – por serem focos de confusão. Por outro, aquelas mulheres que se adequam aos ditames edificantes do trabalho foram privadas de serem expulsas dos garimpos do Alto Madeira, ou seja, ficaram, “pois são trabalhadoras”. Há, portanto, um reforço simultâneo da representação do caráter nocivo e temerário da prostituição, enquanto “fermento corrosivo lançado no grêmio social” e motivo de desordem, e também da imagem da meretriz avessa ao trabalho.

Por fim, há ainda no *Alto Madeira* a reprodução de um discurso que asseverou a seletividade dos espaços a serem ocupados na sociedade a partir de um critério de gênero, ou seja, existe uma circunscrição dos “espaços” laborais, morais, sexuais etc., que as mulheres podem ocupar. Neste sentido, a defesa dos espaços conquistados se confunde com uma



retórica moralizadora e paternalista, uma espécie de penitência em honra às “conquistas” desses espaços selecionados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Gabriel Fleck. **Foucault do cabaré ao lar: um estudo sobre a apropriação de Michel Foucault por Margareth Rago em Do cabaré ao lar de 1985.** 2012, 72 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FAU/USP - FUPAM. **Plano Diretor.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1857.** 15ªEd., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATHIS, Armin. **Garimpos de ouro na Amazônia: atores sociais, relações de trabalho e condições de vida.** Papers do NAEA, Belém-PA, nº 37, 1995.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. **Cenário da produção espacial urbana de Porto Velho.** 2009, 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

PEREIRA, Alberto Carlos. Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80. In: LÉNA, Phillipe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p.305-318.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa.** 2011, 192 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

TEDESCO, Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica.** 2015. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de pós-graduação em Antropologia Social (UFRGS), Amsterdam.

## Fontes

AÇÃO da polícia diminui índice de prostituição e tráfico nos garimpos. **Alto Madeira.** Porto Velho, p. 04, 27 de jul. de 1983.

DELEGADO proíbe bebida, jogo e bordéis: garimpo. **Alto Madeira.** Porto Velho, p. 05, 27 de out. de 1982.

GARIMPO luta por segurança e assistência. **Alto Madeira.** Porto Velho, p. 09, 22 de mar. de 1983.

NATALINA enaltece a mulher no seu dia internacional. **Alto Madeira.** Porto Velho, p. 09, 09 de mar. de 1982.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Graduação em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestrando em História e estudos culturais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

<sup>ii</sup> Graduação em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestrando em História e estudos culturais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bolsista CAPES.

Recebido em: 23/07/2018.

Aprovado em: 30/08/2018.

Publicado em: 31/08/2018.